

**NONAGÉSIMA OITAVA ATA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA E OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA.** Aos 18 (dezoito) dias do mês de Fevereiro de 2015 (dois mil e quinze) às 20 (vinte) horas, no Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, situado à Avenida Doutor Victor Maida nº 563 – Centro de Ibitinga-SP, foi iniciada a Octogésima Terceira Sessão Legislativa Ordinária desta Legislatura, sob a Presidência do Vereador Windson Pinheiro, Presidente desta Casa de Leis. Estavam presentes à Sessão todos os Senhores Vereadores. A Sessão foi iniciada com a votação da Ata da Sessão anterior que foi aprovada por unanimidade dos votos dos presentes. Em seguida, iniciou-se a leitura dos **RECEBIDOS DO SENHOR PREFEITO**, constando dos seguintes PROJETOS: PLC Nº 04/2015 – autoriza o comércio de pequeno porte em âmbito local, nos loteamentos instalados nas Zonas de Interesse Social – ZIS; PLO Nº 11/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de Perua Van para saúde; PLO Nº 12/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de Micro-ônibus; PLO Nº 13/2015 – altera o Plano Plurianual, aprovado pela Lei Municipal nº 3.789 de 27 de novembro de 2013; PLO Nº 14/2015 – altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei Municipal nº 3.931 de 25 de Junho de 2014; PLO Nº 15/2015 - dispõe sobre a manutenção de terrenos particulares no município de Ibitinga e dá outras providências. Constatou dos seguintes OFÍCIOS: Nº 131/2015, enviando resposta ao requerimento de informação nº 010/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, sobre limpeza de terrenos de nossa cidade; Nº 135/2015, enviando resposta ao requerimento de informação nº 11/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, sobre serviços de roçadeira realizados em nossa cidade; Nº 148/2015, solicitando devolução do PLO Nº 09/2015; Nº 147/2015, solicitando devolução do PLO 10/2015. Em seguida passou-se para os **RECEBIDOS DOS SENHORES VEREADORES** constando das seguintes proposições: PARECERES: Nº 03/2015 - Comissão de Ocupação do Solo, Obras, Serviços Públicos, Esporte, Cultura, Assistência Social, Saúde e Educação, favorável ao PLO Nº 222/2014; Nº 04/2015 – Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, favorável ao PLO Nº 175/2015; Nº 05/2015 - Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, favorável ao PLO Nº 08/2015; Nº 06/2015 - Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, favorável ao PRE Nº 04/2015. REQUERIMENTOS: Nº 026/2015 - de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo a retirada do PLO Nº 174/2014, de sua autoria, que institui o projeto de preservação ambiental no município de Ibitinga “IPTU Verde”, concedendo redução do IPTU na forma que especifica e dá outras providências; Nº 27/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, requerendo informação sobre a situação do asfalto da Rua Oliveira Barros e Rua Treze de Maio; Nº 28/2015, de autoria do Vereador Osias Soares de Oliveira, referente ao relatório final elaborado pela Comissão criada pela portaria nº 12.048, de 10 de junho de 2014, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no Programa Bolsa Família; Nº 29/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informação sobre a responsabilidade de implantar e instalar os postes de iluminação pública nas Ruas, bem como a possibilidade de providenciar a instalação de poste na Rua Ricieri Viviani, defronte ao nº 181, Bairro Nações Unidas; Nº 30/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, requerendo informação sobre a possibilidade de contratação do cargo de gerenciador de estoques de medicamentos na farmácia do SAMS; Nº 31/2015, de autoria do Vereador Jean Ferreira da Silva, requerendo informação a respeito da iluminação e calçamento da Avenida Walter Piffer que faz ligação entre os bairros São Benedito até o Paineiras I e São Domingos; Nº 32/2015, de autoria do Vereador Valdecir de Traque, solicitando a devolução de dinheiro aos cofres públicos devido a licença do Ex-Presidente da Casa para viagem a Congresso Internacional. INDICAÇÕES: Nº 32/2015, de autoria do Vereador Jean Ferreira da Silva, indicando ao executivo municipal os serviços de recapeamento asfáltico na Rua Carolina Jorge, no bairro Santo Antônio, no que compreende a última casa; Nº 33/2015, de autoria do Vereador Jean Ferreira da Silva, indicando ao Executivo Municipal os serviços de recapeamento asfáltico na Avenida João Farah no trecho que faz ligação dos Bairros Alto dos Pinheiros e Jardim Natália; Nº 34/2015, de autoria do Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira, indicando ao Executivo Municipal que tome as devidas providências, quanto às luzes que permanecem acesas dia e noite na Praça da Bíblia, no Bairro São José. Em seguida iniciou-se os **RECEBIDOS DE DIVERSOS**, constando Ofício Nº 88/2015, em resposta ao requerimento de informação nº 18/2015, de autoria do Vereador Osias Soares de Oliveira, sobre as datas dos pagamentos efetuados aos médicos que prestam serviço ambulatorial; Neste momento passou-se para **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MATÉRIA LIDA**: constando das seguintes proposições: REQUERIMENTOS: Nº 27/2015, requerendo informação sobre a situação do asfalto da Rua Oliveira Barros e Rua Treze de Maio. O Vereador Valdecir, autor da proposição, falou do cruzamento das vias e que quando chove muita água fica empossada, invadindo

as casas dos moradores do local e que levará resposta aos mesmos. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Nº 28/2015, referente ao relatório final elaborado pela Comissão criada pela portaria nº 12.048, de 10 de junho de 2014, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no Programa Bolsa Família. O Vereador Osias, autor da propositura, disse que está refazendo tal pedido em virtude do seu primeiro ter tido resposta do Executivo a juntada de parecer jurídico da Prefeitura, embasando motivos legais do porquê eles não poderiam enviar o relatório, justificando que a Lei 8.112 assegura o sigilo necessário sobre os trabalhos da Comissão e caráter reservado prevalecem durante o processo de tramitação do processo administrativo disciplinar. Entendendo que a Comissão foi concluída ensejando em processo disciplinar e demissão de funcionário público não há mais nenhum impedimento para enviar o relatório da Comissão mencionada a esta Casa. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Nº 29/2015, requerendo informação sobre a responsabilidade de implantar e instalar os postes de iluminação pública nas Ruas, bem como a possibilidade de providenciar a instalação de poste na Rua Ricieri Viviani, defronte ao nº 181, Bairro Nações Unidas. O Vereador Leopoldo, autor da propositura, falou sobre a responsabilidade do município com a iluminação pública, neste ano, onde a rua citada não tem poste e a família residente nesta entrou em contato com a CPFL, a qual pediu para procurarem um Vereador, por isso o questionamento de quem é essa responsabilidade. Citou a cidade de Araraquara onde já é de responsabilidade do município, no entanto requereu a instituição que fizesse reparos dos pontos de luzes queimadas de sua época e que isso deveria ser empregado em Ibitinga para que o município poupe esse dinheiro e que faça o levantamento. O Vereador Osias aparteu falando dos inúmeros pedidos da Casa, os quais servem como levantamento. O Vereador Windson também aparteu dizendo ser justo que seja feito um balanço da iluminação de rua para serem colocadas em ordem. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Nº 30/2015, requerendo informação sobre a possibilidade de contratação do cargo de gerenciador de estoques de medicamentos na farmácia do SAMS. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Nº 31/2015, requerendo informação a respeito da iluminação e calçamento da Avenida Walter Piffer que faz ligação entre os bairros São Benedito até o Paineiras I e São Domingos. O Vereador Jean, autor da propositura, disse que este é pedido bastante antigo da Casa por ser uma Avenida bastante importante, a qual não pode deixar de tentar obter as benfeitorias necessárias, encaixando-a em planos futuros da Prefeitura. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Nº 32/2015, solicitando a devolução de dinheiro aos cofres públicos. O Vereador Valdecir, autor da propositura, falando da ausência do Vereador Dr. Marcel quando da realização de curso, tendo o aval do Plenário, mas que diante de requerimento de munícipe e de pareceres jurídicos contrários ao pagamento da ausência do Vereador é que vem pedir a devolução do dinheiro. Citou que tal situação encontra-se na Promotoria Pública do Estado e será enviado ao Tribunal de Contas do Estado, pois caso haja irregularidade que seja devolvido dinheiro. O Vereador Mira explicou que seu voto ao requerimento será dado ao encaminhamento do requerimento ao Presidente da Casa. Com relação a devolução do dinheiro ou não, não está sendo questionado, e que a votação refere-se ao encaminhamento do documento. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Neste momento passou-se para a **TRIBUNA LIVRE DOS VEREADORES**. Usou da palavra o **VEREADOR LEOPOLDO**, falando sobre seu requerimento aprovado hoje que será enviado ao SAMS e ao Senhor Prefeito a respeito da criação de cargo para gerenciar a farmácia do SAMS. Justificou que o fluxo de pessoas que frequentam a farmácia do SAMS é muito grande e que se torna difícil os profissionais que trabalham na distribuição e controle de medicamentos fazer tudo. Disse que foi se informar do funcionamento da farmácia e constatou que em virtude da falta de sequência no ciclo que é exigido pelos laboratórios, é que falta remédio para a população. O fato que isso corre é em virtude da falta de uma assistência controlada nos estoques dos medicamentos devido a falta de uma pessoa responsável somente por esse fator, pois os funcionários lotados para tal finalidade não dão conta de tanta incumbência, pois existem vários fatores que são responsáveis pela falta de medicamento e principalmente um responsável para o controle desse estoque que ficará atento a programação da compra e estoque. Serão medidas simples que funcionarão para organizar e solucionar os problemas em virtude da grande demanda. Falou também sobre a Sessão da Semana passada da construção de galerias pluviais. Falou que desde o final do ano passado o bombeiro atendeu oito ocorrências por inundação e disseram que isso nunca havia acontecido antes e o fato se dá em virtude do crescimento populacional, então, vai ser necessário correr atrás de verba para resolver essa situação porque a cidade está começando a ter inundações. **VEREADOR OSIAS**, tratando da questão da famosa ação dos abonos que entre 2001 a 2008 e o Prefeito Florisvaldo administrador da época enviou projeto de concessão de abono aos servidores municipais. Disse que na época ele alertou na Tribuna que a forma como estava apresentado o Projeto de Lei havia um artigo que estabelecia a incorporação do abono ao salário dos servidores públicos municipais. Passados alguns anos o Sindicato propôs uma ação coletiva contra a Prefeitura Municipal pleiteando as diferenças de salário

devido a essa incorporação. Essa ação após passar por todas as instâncias encontra-se hoje no Tribunal de Justiça de Itápolis e está sendo discutido que o valor que terá que ser pago aos servidores públicos municipais está em torno de R\$ 28.000.000,00 a R\$ 30.000.000,00 milhões e além de pagar esse valor ainda terá que ser feito à incorporação do percentual daqueles servidores que receberam a menor. Portanto, percebe-se que o Senhor Prefeito não está preocupado com a situação, pois não se preocupou em procurar o Sindicato para propor acordo, pois o valor mencionado é praticamente o orçamento do município, porém fica difícil de pagar esse valor de uma vez, mas pode-se fazer um acordo e parcelar o valor, pois mais cedo ou mais tarde a Prefeitura terá que pagar. Ele disse que está estudando o processo e que pretende voltar a falar sobre o assunto e que segundo seus cálculos o Prefeito está criando um rombo nos cofres públicos, porque além dos juros existe a reposição salarial que cresce em torno de R\$ 500.000,00 mil reais por mês. Ele disse que pretende dar continuidade ao assunto, chamar novamente os advogados para conversar, e espera que os vereadores participem dessa discussão para buscar uma solução para o problema. Mencionou também que um caso muito parecido aconteceu na Prefeitura de Novo Horizonte, com um valor menor que o de Ibitinga e o Ministério Público do Trabalho entrou contra o Prefeito de Novo Horizonte com uma ação Civil Pública por ele estar onerando os cofres públicos por não negociar e não pagar a ação. Isso pode acontecer aqui em Ibitinga e ele está fazendo um levantamento dos valores e se o Senhor Prefeito não quiser negociar ele irá propor uma denúncia ao Ministério público do Trabalho e irá pedir que o Ministério Público do Trabalho intervenha, e se ele entender que o caso é igual ao de Novo Horizonte, ele proporá que o Ministério Público mova uma ação contra o Prefeito Florisvaldo em virtude do rombo que ele está causando nos cofres públicos de nosso município. Disse que se trata de má administração, como falta de iluminação, construção de galerias, falta de remédio, etc; então com tanta necessidade que o município está passando R\$ 6.000.000,00 milhões de reais por ano é muito dinheiro para o município estar tendo de juros por falta de pagamento dessas ações. Disse que vai convocar os advogados e que seria importante que no dia viesse também o advogado da Prefeitura para não dizer que está sendo puxado somente para um lado, mas a verdade é que mais cedo ou mais tarde essa ação terá que ser paga. Outra coisa que está acontecendo no processo é que a justiça mandou a Prefeitura fazer a incorporação nas referências dos percentuais e a Prefeitura apenas para se safar de uma multa diária, apresentou um rol de apenas 100 funcionários. Mas, a Prefeitura tem mais de 1000 funcionários e não apenas 100 funcionários que têm o direito de receber. Além do mais, a Prefeitura está correndo risco de lá na frente o juiz entender que foi mascarado e exigir a multa de desde o início de 2003, aí sim a coisa ficará feia. Então, ele acredita que essa Casa precisa se unir para enfrentar esse problema que diz respeito não só aos servidores públicos, mas também a toda nossa sociedade. **VEREADOR DR. MARCEL:** Lembrou a todos por estarem no início da quaresma e que se trata de um período em que os Cristãos fazem uma reflexão de pensamento na questão do Cristianismo. Em segundo lugar falou dos quatro Projetos que entraram hoje em urgência e que dois deles passaram pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação não tiveram nenhum grau de inconstitucionalidade, exceto algumas correções que serão feitas pelos relatores, caso sejam nomeados. Todos eles com grande impacto social como o do comércio nos bairros distantes da área central. Deu exemplos das feirinhas e da grande importância que elas têm para a população mais carente que compram produto direto do produtor. Outro projeto importante é o da questão dos terrenos da limpeza pública e que durante os últimos 20 anos houve inércia nas taxas e na fiscalização dos mesmos, tornando-se locais específicos para a proliferação de seres vivos nocivos à saúde humana, inclusive escorpiões. Ele disse que está estudando a possibilidade de fornecer caçambas gratuitas à população carente para que elas comecem a se habituar a jogar os entulhos em determinados locais para que a municipalidade passe a recolher esses pontos. Os outros dois projetos são de créditos especiais para a compra de uma Van e um micro-ônibus para ser empregado na área da saúde pública. Enfim esses são os projetos que obtiveram o número suficiente de assinaturas solicitando urgência e ele espera que eles prosperem em seu ponto de vista. Em relação à fala que o antecedeu disse aos nobres vereadores que em primeiro lugar o requerimento de informação feito pelo cidadão citado é motivado por interesses pessoais, o qual se desiluiu pelo fato de não ter sido atendido quando solicitou emprego para um de seus familiares. Então, como emprego não é competência de vereador, houve uma frustração. É evidente que ele se intitula “assessor” de um outro vereador da casa que todos sabem quem é e que leva avante que o curso que fez e está muito feliz, com o intuito de aprimorar o conhecimento científico e o leva a todos àqueles que ele atende gratuitamente e também os não gratuitamente, mas fez embasado no parecer do Advogado da Casa e não no Assessor Jurídico, por não tê-lo encontrado, e disse que todo material que foi mandado para a imprensa e facebook observa-se que foi omitido os artigos do regimento interno que fala quando e onde o vereador pode se ausentar. Outro fator é que se ele precisar reembolsar esse dinheiro ele reembolsará, porém, quem vai dizer isso são pessoas competentes do Tribunal de Contas e o Ministério Público e que já fez a consulta e pretende ir

pessoalmente saber a resposta. Disse também que se sente muito feliz com essa divulgação de sua viagem, pois tem vereador aqui nesta Casa que se for viajar para o exterior só tem o caminho da Indonésia e provavelmente não voltará. Fui para Chicago e está ansioso por este parecer, pois em Junho deste ano foi convidado e irá para Boston em um Congresso Internacional de Diabetes, em novembro irá novamente no American Hart Association, em Orlando – USA, devolvendo ou não, faltando ou não, pois ele enxerga isso um benefício para a população, seja ela de maior ou menor renda, pois pouco importa a ele a situação financeira, o que importa é a questão legal, pois de forma alguma ele deixaria os vereadores que votaram favoráveis de saírem justos. Disse que sempre ouviu o Jurídico desta Casa e que o Plenário é soberano, mas mesmo com esse quesito se houver entendimento diferente na forma de avaliar isso, por aqueles que realmente têm competência, não de forma politicamente e maldosa e está à disposição para devolver. Disse também à população que o vereador se preocupar com uma viagem feita por outro vereador para participar de um Congresso Médico no exterior lhe soa estranho e que nunca fez uma viagem para São Paulo e gastou R\$ 150,00 em uma churrascaria de luxo, onde quem fez se coloca a favor dos menos favorecidos. Falou que nunca apresentou aqui nesta Casa, em dois anos, três atestados médicos, de dois dias, um dia e dez dias, dos quais deflagrou um processo de averiguação da veracidade desses atestados. Mas enfim, conhece uma frase que diz que é muito melhor ignorar a ofensa do que se vingar, então, gostaria de dizer que se o objetivo foi ofender é uma pena, porque não alcançou o seu objetivo. Finalizou sua fala desejando a todos um bom início de semana. O Vereador Leopoldo solicitou a dispensa do intervalo, sendo apoiado pelo Plenário. Neste momento passou-se para a **ORDEM DO DIA**: Constatou-se de Requerimentos de Vereadores, requerendo urgência especial e inclusão na Ordem do Dia dos seguintes Projetos: PLC Nº 04/2015 – autoriza o comércio de pequeno porte em âmbito local, nos loteamentos instalados nas Zonas de Interesse Social – ZIS. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Guilherme; PLO Nº 11/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de perua van para saúde. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Jean; PLO Nº 12/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de micro-ônibus. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Gumerindo; PLO Nº 15/2015 - dispõe sobre a manutenção de terrenos particulares no município de Ibitinga e dá outras providências. O Requerimento foi aprovado por unanimidade dos votos. Foi nomeado como relator especial do projeto o Vereador Igor. A Sessão foi suspensa para emissão de pareceres. Retomando aos trabalhos foi verificada a presença e apresentados os pareceres das urgências especiais. Constatou-se da ordem do dia os seguintes Projetos de Lei: PLC Nº 04/2015 – autoriza o comércio de pequeno porte em âmbito local, nos loteamentos instalados nas Zonas de Interesse Social – ZIS. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. A Emenda foi aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado por unanimidade dos votos. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLC 04/2015. PLO Nº 11/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de perua van para saúde. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. O Vereador Dr. Marcel usou da palavra para falar da finalidade desse veículo que é o transporte de paciente de Hemodiálise, a qual foi conseguida através de convênio, quando de visita a São Paulo, dada por um Deputado, e que todos os Vereadores devem procurar os seus Deputados que tiveram votos em Ibitinga, apresentando emendas para trazer benefícios para o município e ressaltou o trabalho de união que a Casa deve ter. A Emenda foi aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado por unanimidade dos votos. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLO 11/2015. PLO Nº 12/2015 – autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, aprovado pela Lei Municipal nº 4.024 de 22 de dezembro de 2014, destinado a aquisição de micro-ônibus. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. A Emenda foi aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado por unanimidade dos votos. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLO Nº 12/2015. PLO Nº 15/2015 - dispõe sobre a manutenção de terrenos particulares no município de Ibitinga e dá outras providências. O Vereador Valdecir questionou ao Presidente de quanto será cobrado pela manutenção dos terrenos, sendo respondido o valor de 20 UFM, equivalente a R\$ 358,00 (trezentos e cinquenta e oito reais), e acha o valor abusivo. O projeto recebeu Emenda junto ao parecer favorável do relator especial. A Emenda foi aprovada, constando os votos contrários dos Vereadores Osias e Valdecir. O Vereador Osias justificou seu voto contrário a emenda, pois o projeto estava na

tramitação, sob a análise da Comissão, e que houve alguns questionamentos e que acha o valor um pouco excessivo e que o proprietário deve ser notificado antes de se aplicar a multa, mas que considera a relevância do projeto, porque precisa-se disciplinar a limpeza dos terrenos no município. O Vereador Dr. Marcel usou da palavra dizendo que foi procurar informações quanto o que seria dito um terreno limpo, ou sujo, e que a lei é para conscientizar a população dos malefícios dessa situação. Falou do estudo da Prefeitura e que o intuito é conscientizar para que não chegue a aplicação da multa e que assim resolva os problemas de capinação que causa transtornos à saúde pública e citou também o problema dos entulhos deixados nos terrenos. Em seguida foi votado Projeto, com Emenda, sendo aprovado, constando os votos contrários dos Vereadores Osias e Valdecir. Foi solicitada da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a elaboração da Redação Final do PLO Nº 15/2015. PLO Nº 222/2014 - autoriza o poder executivo municipal a formalizar convênio com as faculdades parceiras do grupo educacional UNIESP, Associadas e Independentes - UNI, com o objetivo de proporcionar a cooperação interinstitucional com vistas à promoção da integração ao mercado de trabalho e a oferta de bolsas de estudos nos cursos mantidos pela UNIESP S/A. O Projeto foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PRE Nº 02/2015 – que dispõe sobre o Regimento Interno do Parlamento Jovem do Município de Ibitinga. O Projeto foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. PLO Nº 08/2015 - autoriza as autarquias municipais a celebrar convênio com o CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola. O Projeto foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. Neste momento a Sessão foi suspensa para elaboração das Redações Finais do PLC nº 04/2015, PLO nº 11/2015, PLO nº 12/2015 e PLO nº 15/2015. Apresentadas as Redações Finais pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação aos projetos: PLC nº 04/2015, PLO nº 11/2015, PLO nº 12/2015 e PLO nº 15/2015 as mesmas foram votadas e aprovadas por unanimidade dos votos dos vereadores presentes. Neste momento passou-se para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL**: usou da palavra o **VEREADOR OSIAS**, apenas para fazer uma correção na sua fala feita na Tribuna livre, quando disse que convocaria os advogados do Sindicato, pois para a Tribuna Livre não se convoca, se convida. Então, irá convidá-los a fazer uso da Tribuna Livre. **VEREADOR VALDECIR**, dizendo que quando o Ex-presidente da Casa fala que os pareceres foram feitos erroneamente pelo Jurídico desta Casa, ele fica triste, pois além desse parecer teve mais os pareceres contrários do IGAM e da NDJ, que são órgãos conveniados a Casa e que recebem, juntando os jurídicos um gasto anual de R\$ 107.948,64 (Cento e sete mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). Portanto, se os pareceres jurídicos de todos esses advogados são contestados, então é necessário parar de pagar esses valores, pois, se parar de gastar esse dinheiro com consultoria jurídica e assessores jurídicos daria para se comprar uma Van por ano para atender os pacientes que viajam a tratamento para cidades de fora. Por isso, têm que mandar isso para o Ministério Público, extinguir esses cargos de assessoria da Casa e parar de pagar esses órgãos de assessoria, pois, se os pareceres são facilmente contestados não existe a necessidade desse gasto. Contestou também o Ex-presidente sobre a questão por ele mencionada de gastos com almoço e justificou que foi para Campinas com a Vice-Prefeita atrás de um Projeto para ajudar dependentes químicos junto com a Igreja Batista que faz um excelente trabalho para o município que não tem verba para custear o projeto. Falou que quem paga as contas da viagem não é o Vereador e sim o funcionário, motorista, que realiza a viagem, o qual pagou a conta de acordo com o valor da nota que lhe foi dada, sendo do almoço do Vereador a da Vice Prefeita. Então, se ele estiver errado ele devolverá o valor necessário. Disse ainda que o Ex-presidente pegou no pé dele por conta dessa viagem, mas que ele já explicou que a nota foi tirada junto. Falou sobre os atestados e que em sete anos de mandato ele tem três atestados, porém outros vereadores com menos tempo tem dois e que os atestados por ele apresentados não foram para viajar para o exterior. Disse que ninguém está aqui fora da legalidade e que a maioria dos atestados apresentados pelos Edis desta Casa foram dados pelo Ex-Presidente, não sendo ilegal, mas imoral. Em relação à viagem para a Indonésia, se for para mandar político para lá, a maioria não voltará. Falou que apenas pediu informação sobre a questão da devolução, onde se tiver errada a licença que seja devolvido o dinheiro. Falou que sabe no Tribunal de Contas há Conselheiros diretamente ligados ao município, por isso pediu também que não tivessem acesso ao caso para que não haja favorecimento. Em seguida falou sobre gastos com lanches e afirmou que o Presidente gastou R\$ 12.000,00 com lanches, com amigos da Santa Casa aqui na Câmara e quando eles vierem aqui pretende mostrar a situação dos lanches que é dado aos funcionários desta Casa e o valor que é declarado em cima deles. Disse que o Ex-Presidente para se safar dos problemas dele tenta confundir as pessoas com palavras difíceis e que se for para devolver algum dinheiro para a Casa, devolverá, e que o Ex-Presidente também faça o mesmo. **VEREADOR DR. MARCEL**, dizendo que para falar de dívida, primeiro a pessoa precisa dizer que se dever ela paga, indo primeiro nos cartórios limpar o nome, porque a ficha corrida é grande. O vereador Valdecir interrompeu e disse para o vereador Marcel não entrar na vida particular dele. Por causar tumulto e discussão, o presidente Windson solicitou que ele se acalmasse e deixasse o vereador

